

# RESULTADOS DE 200 DIAS

1º semestre de 2019

Confira no site [www.depen.mj.gov.br](http://www.depen.mj.gov.br)





# PROJETOS ESTRATÉGICOS

## Principais Diretrizes

As principais diretrizes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) são:

Abertura de novas vagas nas prisões;

Retomada e aperfeiçoamento do controle de unidades prisionais;

Gestão de Riscos e Gestão Estratégica

Além das diretrizes do Depen estarem alinhadas com a política do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), estão em consonância com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, conforme Lei nº 13.675/2018. A seguir, a relação entre os projetos estratégicos e as diretrizes do Depen, ressaltando que a gestão de riscos e a gestão estratégica permeiam todos os projetos do órgão:

	Projetos estratégicos	Diretrizes
1	Aprimoramento do monitoramento das visitas no Sistema Penitenciário Federal	Retomada e aperfeiçoamento do controle de unidades prisionais
2	Rede Nacional de Inteligência – Renipen	Retomada e aperfeiçoamento do controle de unidades prisionais
3	Maximização da geração de vagas em unidades prisionais	Abertura de novas vagas nas prisões
4	Força de Cooperação Penitenciária	Retomada e aperfeiçoamento do controle de unidades prisionais
5	Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais e implementação do Building Information Modeling – BIM;	Abertura de novas vagas nas prisões
6	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – Sisdepen	Retomada e aperfeiçoamento do controle de unidades prisionais

## 1. Aprimoramento do monitoramento das visitas no Sistema Penitenciário Federal (SPF)

A Portaria nº 157, de 12 de fevereiro de 2019 do MJSP restringiu as visitas com contato físico no Sistema Penitenciário Federal, visando a interrupção de possíveis comunicações criminosas. Atualmente as visitas sociais a presos no SPF são monitoradas. A meta é dobrar a capacidade de visitação monitorada em parlatório (locais específicos para visitação em que vidros antivandalismo separam os presos dos visitantes).



## 2. Rede Nacional de Inteligência (Renipen)

A Renipen tem como objetivo produzir conhecimentos úteis e oportunos para subsidiar estratégias de melhorias do sistema prisional e de combate ao crime organizado. Para tornar mais célere o tráfego de conhecimentos sensíveis, ligados a cada sistema penitenciário estadual, o Depen trabalha para integrar as bases de dados e conhecimentos de inteligência penitenciária em repositório único, hospedado e mantido pelo MJSP. Em 2019, foi criada a Diretoria de Inteligência Penitenciária do Depen (Dipen) que está responsável pela gestão da Renipen. Igualmente, foram criadas no âmbito da Dipen, divisões e chefias regionais que ficaram estrategicamente distribuídas: Divisão de Inteligência Penitenciária da Região Sul; Sudeste; Centro Oeste; Nordeste e Norte.

### Outras ações da Dipen

🔍 Atualização da Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária – DNIPEN (publicada em 2013) com previsão de publicação para o final de agosto.

🔍 Foram realizados 2 Encontros Nacionais de Chefes de Inteligência Penitenciária no Distrito Federal em

fevereiro e julho/2019 que contaram com a participação de todos os estados da federação.

🔍 Implantação da plataforma Cronos: ferramenta para armazenamento e tramitação segura dos documentos de inteligência em parceria com a Secretaria de Operações Integradas (Seopi) do MJSP. Já com implantação concluída no Depen e em expansão para as agências de inteligência penitenciárias dos estados.

🔍 Rede de Cooperação Penitenciária do Mercosul e Estados Associados (Redcopen): em maio os ministros da Justiça dos países membros do Mercosul assinaram uma declaração conjunta para criar a Redcopen. O objetivo é facilitar o intercâmbio seguro de dados e informações penitenciárias para prevenir que presos deem ordens para crimes de dentro de estabelecimentos prisionais, combater organizações criminosas e a criminalidade transnacional. A matéria pode ser acessada no site do Depen por meio do link: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen-participa-de-2a-rodada-de-reunioes-do-grupo-especializado-em-assuntos-penitenciarios-do-mercosul>.

### 3. Maximização da geração de vagas em unidades prisionais

Com o objetivo de diminuir a lotação de unidades prisionais, o Depen e os estados estão trabalhando para aumentar a execução e aperfeiçoar a aplicação de recursos e acompanhamento das obras de

unidades penais, financiadas pelo Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), por meio de transferências voluntárias e obrigatórias, o que deve gerar aproximadamente 22 mil novas vagas ainda em 2019. Para que isso ocorra, o Depen está estruturando equipes de engenharia em cada região do país e atuando no diagnóstico situacional das obras financiadas pelo Funpen para que seja possível a elaboração de plano de ação para continuidade e conclusão das obras.

No dia 18 de junho de 2019 foi publicada a Medida Provisória nº885 a qual propiciará a contratação de engenheiros temporários visando mitigar o problema do *deficit* de vagas no sistema prisional. Além disso, o Depen está em tratativas junto aos Ministérios da Economia e da Infraestrutura visando a cessão de servidores de engenharia destas pastas para atuação junto ao departamento. Já foram cedidos 5 engenheiros pelo Ministério da Infraestrutura e, ainda há previsão de cessão de mais 2 profissionais da área de engenharia pela Infraero.

Foi disponibilizado na página inicial do site do Depen o link:

[http://depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgmor/obras\\_estados/obras/obras\\_bandeiras\\_estados](http://depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgmor/obras_estados/obras/obras_bandeiras_estados) para consulta de informações sobre o andamento de todas as obras estaduais financiadas com recursos federais. A ação faz parte do compromisso com a transparência e com a eficiência na gestão dos recursos públicos.



Na sequência é apresentada, por região, a perspectiva de abertura de vagas no sistema prisional no exercício de 2019:



#### 4. Força de Cooperação Penitenciária

É um conjunto de ações que marcam a presença do Estado pela retomada do controle de unidades prisionais em situações críticas, trazendo:

- estabelecimento da segurança e ordem, por meio da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP);
- ações de assistência jurídicas, por intermédio de uma força-tarefa da Defensoria Pública, composta de defensores públicos estaduais e federais, em caráter voluntário, para atuar nos estados da federação no âmbito do projeto;
- ações de cidadania que visam prestar assistências a população carcerária tais como: serviços de atendimento de saúde, documentação pessoal básica e levantamento de perfil – educacional, profissional e social - voltado à qualificação dos atendimentos dos presos. Outra face do projeto é fortalecer os sistemas prisionais estaduais por meio de ações de capacitação aos servidores.



No primeiro semestre de 2019 foram realizadas 4 (quatro) ações da Força de Cooperação Penitenciária com a atuação da FTIP nos estados do Ceará, Amazonas, Roraima e Distrito Federal. Foram mobilizados aproximadamente 350 agentes penitenciários estaduais e agentes federais de execução penal.



Boa Vista - RR

Já no Distrito Federal foram realizados treinamentos para capacitar servidores em intervenção penitenciária.





## 5. Desenvolvimento de projetos padronizados de unidades penais e implementação do *Building Information Modeling – BIM*

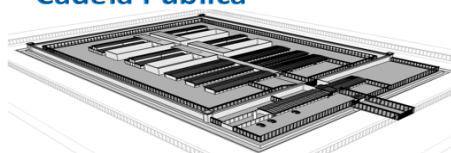
O Depen atua no desenvolvimento de 06 projetos arquitetônicos padronizados que facilitarão a licitação e execução de novas unidades prisionais. Igualmente, o departamento atua na implementação de uma tecnologia inovadora (*Building Information Modeling - BIM*) que auxiliará os estados no acompanhamento das obras. Além de estabelecer critérios de custo de geração de vagas e desenvolver manuais e referências técnicas. As entregas dos projetos de cadeia pública e de penitenciária de segurança média estão previstas para final de agosto de 2019.



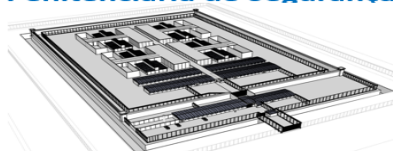
A ação é fruto de um termo de execução descentralizada firmado entre o Depen e a Universidade de Brasília (UNB) com o repasse de aproximadamente R\$8 milhões para produção de estudos, pesquisas e desenvolvimentos pelos próximos 40 meses. No final de julho haverá um evento em Brasília para exposição dos projetos em desenvolvimento pela UNB, em que foram convidados 2 técnicos por região indicados pelo Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária do Brasil (Consej).

### Primeira Etapa:

#### Cadeia Pública



#### Penitenciária de Segurança Média



**Próximas Etapas: Penitenciária de Segurança Máxima, Colônia Agrícola, Casa do Albergado e Observatório Criminológico**

## 6. Sistema de Informações do Depen – Sisdepen



O Sisdepen foi criado com base na Lei nº 12.714/12 que prevê que os dados e as informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança deverão ser mantidos e atualizados em sistema informatizado de acompanhamento da execução da pena. O Sisdepen também foi previsto na Lei nº 12.681/12 que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). A Lei nº 12.681/12 foi revogada pela Lei nº 13.675/18 que institui o Sistema Único de Segurança Pública e estabelece que os entes federados devem manter os dados atualizados para receber recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Informações estatísticas sobre realidade prisional brasileira, retratada entre os anos de 2016 e 2017, foram divulgadas em 12/07/2019. Os relatórios de dezembro de 2016 e junho de 2017 foram publicados no site do Depen e podem ser acessados no link:

<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen>. Em apenas seis meses, a equipe Depen, junto com os entes federados, atualizou os dados prisionais de um ano. Os dados referentes ao 2º semestre de 2017 e do ano de 2018, deverão ser publicados até outubro deste ano. O Depen trabalha para atualizar todos os relatórios até dezembro de 2019. A meta é coletar os dados de forma automatizada, por meio da ferramenta online Sisdepen e por meio da interoperabilidade com os sistemas existentes nos estados e Distrito Federal.

Outra ação que está em desenvolvimento, um módulo de administração prisional para disponibilização aos entes federativos que ainda não possuem ou que desejem utilizar um sistema mais aprimorado que o atualmente em uso. Os estados de Tocantins, Paraíba, Bahia e Rondônia já utilizavam este módulo, e para Roraima foi disponibilizado neste ano.

## OUTRAS AÇÕES

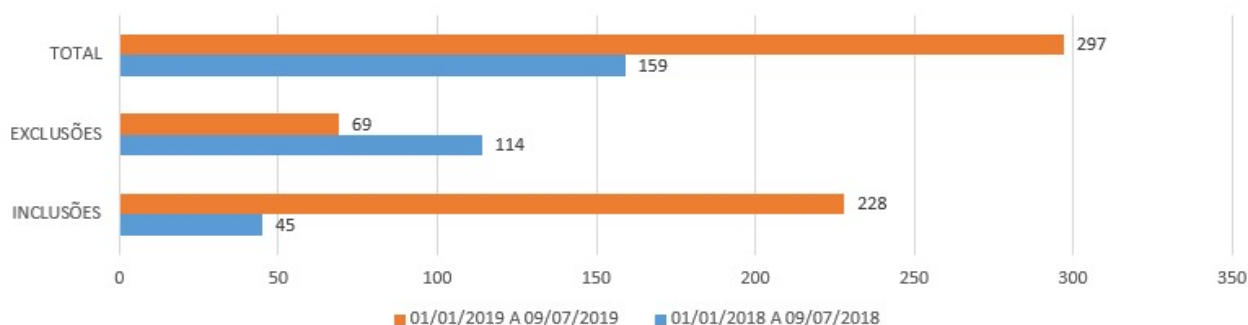
Além dos projetos estratégicos, o Depen realiza outras ações complementares que seguem as diretrizes do órgão, a saber: **abertura de novas vagas nas prisões e retomada e aperfeiçoamento do controle de unidades prisionais.**

### Sistema Penitenciário Federal – SPF

O Sistema Penitenciário Federal possui 5 penitenciárias federais (Catanduvas, Campo Grande, Mossoró, Porto Velho e Brasília) e é gerido pelo Depen. Neste ano alcançou sua maior lotação de presos. Até 09 de julho de 2019 o Depen realizou 5 vezes mais inclusões do que o 1º semestre de 2018.



Inclusões e exclusões do Sistema Penitenciário Federal  
1º semestre 2018 - 2019



### Operação “Imperium”

No mesmo dia que foi publicada a Portaria nº 157 (13/02/2019) que restringiu as visitas sociais com contato físico no SPF foi realizada a transferência de 22 (vinte e dois) presos integrantes da liderança da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) para as Penitenciárias Federais de Segurança Máxima. A transferência foi motivada, principalmente, pela identificação de plano de resgate desses presos. A ação foi coordenada pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi) e contou com a participação dos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública – Depen, por meio do Grupo de Ações Especiais Penitenciárias (GAEP), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública por meio da Força Nacional de Segurança Pública – além das Forças Armadas e da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo.

### Operação “Imperium II”

No dia 22/03/2019 foi realizada a segunda fase da operação: a transferência, entre unidades do SPF, de quatro presos de São Paulo, líderes do PCC. A medida visou impedir que os presos promovessem articulações entre si, resguardando-se a segurança pública. A escolta foi realizada pelo Grupo de Ações Especiais Penitenciárias – GAEP/Depen, contando, ainda, com o apoio, para deslocamento, da Força Aérea Brasileira.



## Depen e Exército Brasileiro realizam ação prática de segurança conjunta na penitenciária federal em Brasília

O MJSP, em parceria com o Ministério da Defesa (MD), realizou em 26/06/19, por intermédio do Depen e do Exército Brasileiro, uma série de treinamentos para os Agentes Federais de Execução Penal da Penitenciária Federal em Brasília, com o objetivo de cooperação de instrução e troca de experiências na área de segurança pública. A Senasp, por meio da Força Nacional de Segurança Pública, também participa das ações.



## Nomeação

O presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.721 de 06 de março de 2019 que autorizou a nomeação de 140 aprovados no certame regido pelo edital nº 1 – Depen, de 17 de abril de 2015, sendo 120 classificados no cargo de Agente Federal de Execução Penal e 20 no cargo de Especialista e Assistência Penitenciária. Os candidatos foram nomeados dia 03 de maio de 2019 com a publicação da Portaria Depen nº 185/2019, o que ampliou em mais de 10% do efetivo do órgão.



## Fundo Penitenciário Nacional (Funpen)

### Regulamentação do Funpen



Em maio, foi realizada a primeira reunião técnica do grupo de trabalho composto por servidores do Depen com participação de auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), bem como dos membros do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), em que foi discutida proposta de atualização de regulamentação do Funpen. A proposta foi elaborada tendo como base a Lei Complementar nº 79/1994 e considerando recomendações da CGU e do TCU. Como resultado do grupo de trabalho, foram elaboradas:

- Minuta de alteração do Decreto nº1.093/1994 que regula o Funpen;
- Minuta de Portaria que estabelece procedimentos para transferência obrigatória de recursos do Funpen;
- Instrução Normativa que visa dispor acerca da instrução, organização e habilitação procedimental dos estados, DF e municípios para o repasse a título de transferência obrigatória.

Como a regulamentação do Funpen envolve vários interessados, a fim de se evitar a assimetria de informações, o Depen encaminhou aos participantes a proposta revisada, para fins de possíveis alterações. Após o recebimento de todas as contribuições e em posse de uma proposta efetiva de regulamentação, este processo será encaminhado até o final de setembro à Consultoria Jurídica do MJSP.

### Ações que visam a melhoria da execução do Funpen



Desde março, foram realizadas reuniões semanais acerca da inclusão

do módulo Fundo a Fundo na Plataforma + Brasil, ferramenta web que integra as bases de gestão de transferências voluntárias e obrigatórias de recursos da União. Dessa forma, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) foi incorporado à plataforma e permanecerá em seu ciclo de evolução como um módulo. O objetivo é



que, com uma base única, sejam aprimoradas as medidas de integridade e transparência. A primeira entrega de funcionamento tem previsão para agosto de 2019, a fim de concretizar a recomendação do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2643/2017-TCU-Plenário) para o MJSP em conjunto com o então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão desenvolvesse funcionalidades para apoiar a execução, o controle e a fiscalização dos recursos do Funpen transferidos na modalidade fundo a fundo obrigatório.

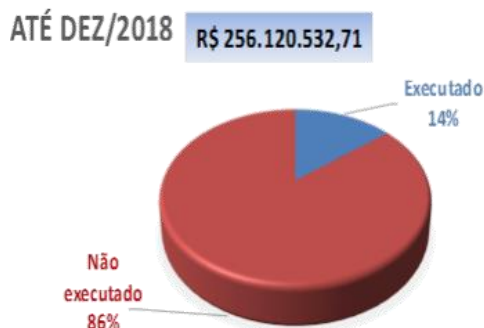
### Total de execução dos repasses Fundo a Fundo

Tem-se a execução por meio de ações de: construção, reforma, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais; ações de investimento, visando aquisição de veículos, armamento, equipamentos de informática, equipamentos de segurança e mobiliário em geral; ações de custeio, objetivando a aquisição de munições, cursos de capacitação para o servidor penitenciário, projetos de assistência aos presos, bem como a locação de escâneres corporais e bloqueadores de celular, tornozeleiras eletrônicas, etc.

### Comparativo de Execução de Repasses



Até dezembro de 2018, foram executados 14% dos valores repassados desde 2016. No primeiro semestre de 2019, a execução mais que dobrou, chegando a 31,03%.



### Convênios

O Depen possui 118 (cento e dezoito) convênios vigentes com os estados. No primeiro semestre de 2019 foi ampliado o número de convênios monitorados, tais visitas visam o correto emprego dos recursos públicos, assim como, orientar os estados sobre a melhor forma possível para se atingir a plena execução do objeto conveniado. Também está no escopo dessas visitas, o treinamento de operadores no preenchimento das funcionalidades da Plataforma +Brasil.

Contratos de Repasse (ativos – 2006 a 2013)	Termos de Execução Descentralizada	Convênios	Fundo a Fundo
94 obras ativas	36 TED's	118 convênios vigentes	80 repasses
R\$ 1.094.754.332,69	R\$ 389.591.997,56	R\$ 168.497.503,17	R\$ 1.862.912.109,61
<b>R\$3.515.755.943,03 em execução</b>			



## Doações

### Escâner Corporal

O Depen elaborou uma ata de registro de preço para viabilizar a aquisição de 166 equipamentos de escâner corporal, o que traz maior facilidade de aquisição por meio de adesão a ata pelos estados. Desta ata, o Depen adquiriu, inicialmente, 27 escâneres corporais para doar 01 (um) equipamento para cada unidade federativa a um custo total aproximado de R\$ 6 milhões de reais. Os equipamentos estão em processo de produção e entrega.

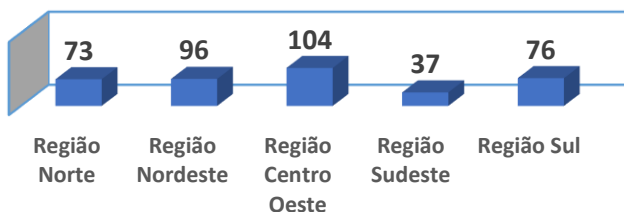


### Pórticos detectores de metais

O Depen elaborou uma ata de registro de preço e adquiriu 386 portais de detectores de metais a um custo total de R\$4.829.760,00, os quais estão em processo de produção e entrega.



A seguir o gráfico de distribuição regional:



## Política de Trabalho do Preso



O Depen atua no fomento a políticas penitenciárias no sentido de envolver a sociedade civil, a iniciativa privada, os estabelecimentos públicos no processo de ressocialização do preso pela inclusão em atividade de trabalho. Para isso, algumas estratégias foram utilizadas e estão em acompanhamento:

⇒ investimento de R\$ 39 milhões em convênios firmados entre 2012 e 2018 com os órgãos estaduais de administração prisional, a exemplo do PROCAP - Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas em Estabelecimentos Penais, para criação de 264 oficinas de trabalho em diversas áreas profissionais: serralheria, marcenaria, construção civil, etc.

⇒ instituição da Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional (PNAT), por meio do Decreto nº 9.450/2018, que prevê a obrigatoriedade das empresas que contratarem com a administração pública federal, em serviços, inclusive os de engenharia, com valor acima de R\$330.000,00, possuírem em seu quadro de funcionários apenados e egressos do sistema prisional. O Depen está finalizando nova minuta de decreto presidencial sugerindo a adequação e qualificação da PNAT, visando a ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, com viés de empreendedorismo e de formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional.

⇒ em maio de 2019 o Depen iniciou tratativas com o Ministério Público do Trabalho para a elaboração de cartilha de orientação sobre legislação e regras que englobem o trabalho prisional visando o

respeito as normas legais e de segurança vigentes. O material está em fase de finalização para publicação;

⇒ em julho de 2019, iniciaram diálogos visando parcerias junto ao Ministério da Cidadania para implementação de modelos de economia solidária nas unidades prisionais que desempenham atividades laborais objetivando a possibilidade de comercialização dos produtos.

⇒ para fomentar a política de implementação de Fundo Rotativo nos estados a fim de ampliar as vagas de trabalho para os presos, o Depen elaborou uma nota técnica e publicou o link no site: <http://depen.gov.br/DEPEN/NotaTcnica28.pdf>. Esta nota técnica é fruto das 04 visitas do órgão ao estado de Santa Catarina em 2019. O ministro Sérgio Moro participou de uma das vistas bem como representantes de 16<sup>1</sup> estados, incluindo os Secretários Estaduais de Órgãos de Administração Prisional de Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Tocantins, Goiás, Pará, Paraná, Espírito Santo e Rondônia.

⇒ desde março de 2019 o Depen promove seminários, encontros e workshops junto a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa de Santa Catarina para divulgação de boas práticas de trabalho do modelo eficiente de gestão prisional de Santa Catarina, envolvendo gestores de todas as unidades da federação e representantes de empresas estaduais.



⇒ **Selo Resgata:** é um selo de responsabilidade social instituído pelo Depen em 2018 com objetivo de incentivar e reconhecer a responsabilidade social das empresas, órgãos públicos e empreendimentos de economia solidária com viés de contratação de pessoas condenadas, cumpridores de alternativas penais e egressos do sistema prisional, dando visibilidade positiva para as entidades que colaboram com a reintegração social dessas pessoas. Em 2019, foi realizado o 2º ciclo com a inscrição de 211 instituições, destas, 198 foram certificadas. Houve um incremento nas participações em relação ao 1º ciclo em 2018, onde participaram 125 empresas. Está prevista para o segundo semestre de 2019 a expansão do projeto com publicação do novo ciclo do Selo Resgata.



#### Prisões Livres de Tuberculose



O Depen firmou com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 8/2017 que destina-se a execução de ações de educação em saúde e campanha de comunicação para a comunidade carcerária (profissionais de saúde e da área de segurança, presos e familiares) para ampliar, qualificar e apoiar o conhecimento sobre tuberculose e coinfeção, diagnóstico e tratamento oportuno. O TED tem o valor de R\$ 27,5 milhões e ainda está em execução. Nos primeiros 200 dias desta gestão, o Depen acompanhou as atividades programadas pelo TED, de forma a garantir a melhor articulação do projeto juntamente com as unidades da Federação. Em março de 2019 foi realizada reunião técnica com os atores

<sup>1</sup> AL, AC, AP, AM, BA, ES, GO, MG, MS, PA, PB, RO, PE, PR, TO e DF.



envolvidos na execução do projeto, incluindo os gestores de saúde das Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária e das Secretarias Estaduais de Saúde. Além disso, foi ofertado apoio técnico para todos os Estados e o Distrito Federal em parceria com o Ministério da Saúde para que os fluxos e procedimentos sobre a oferta de saúde nas unidades prisionais sejam melhorados.

Acrescenta-se a campanha de comunicação por meio de desenvolvimento de ações de educação em saúde com foco no combate à tuberculose, contemplando as seguintes ações:

☒ ação educativa em saúde que alcançou 3.000 presos por meio de distribuição de canecas de uso pessoal dos presos, com informação estampada sobre reconhecimento de sintomas da tuberculose.



☒ reunião técnica em março, realizada em Brasília, envolvendo os apoiadores institucionais do projeto, os gestores de saúde das secretarias de administração penitenciária e os gestores do programa de controle da tuberculose das secretarias estaduais de saúde;

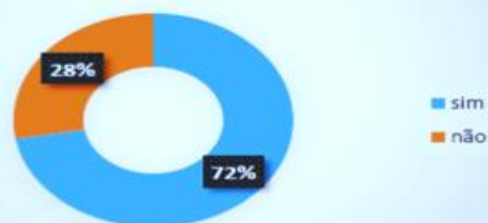
☒ sensibilização de secretários municipais de saúde para o desenvolvimento de ações referentes à saúde dos presos e para o fomento da articulação local para aumentar os impactos do projeto e a adesão dos municípios à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP. Essas ações

ocorreram no Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde e no Congresso de Secretários Municipais do Rio Grande do Sul.

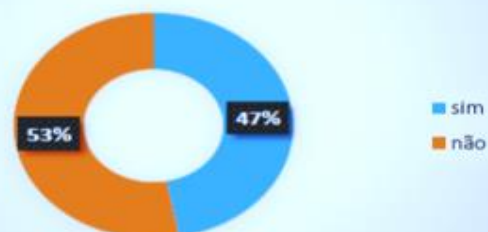
### Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

Alternativas penais são mecanismos de intervenção em conflitos e violências, diversos ao encarceramento, no âmbito do sistema penal. Atualmente o Depen acompanha 17<sup>2</sup> convênios de **Centrais Integradas de Alternativas Penais** compostas por equipes multidisciplinares (psicologia, assistência social e direito). A Política de Monitoração Eletrônica de Pessoas é induzida pelo Depen como forma subsidiária à aplicação das Alternativas Penais, também como substituição ao uso da pena privativa de liberdade. Estão vigentes e acompanhados 18<sup>3</sup> convênios. Os investimentos financiam a contratação de serviços de instalação, manutenção e operacionalização de tornozeleiras eletrônicas, assim como a composição de equipes técnicas multidisciplinares visando qualificar o atendimento e o acompanhamento do público monitorado.

Estados que estão executando a monitoração eletrônica



Estados que estão executando as Alternativas Penais



<sup>2</sup> AC, AL, AM, BA, CE, DF, GO, MA, MG, PE, PI, RO, RR, RJ, SE, SP e TO.

<sup>3</sup> AC, AL, CE, ES, DF, GO, MA, MS, PA, PE, PI, RN, RO, RR, SC, SE, SP e TO

## Combate à violência doméstica contra as mulheres



No Dia Internacional da Mulher (08/03/2019) o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, assinaram um acordo de cooperação técnica para fortalecer as políticas públicas de combate à violência doméstica e familiar.

O documento prevê a adoção de ações conjuntas, mobilizando as unidades dos dois ministérios para atender e proteger as mulheres vítimas de violência e fomentar o tratamento dos agressores que estejam no sistema prisional, monitorados eletronicamente (por tornozeleiras eletrônicas) ou em cumprimento de penas alternativas. A estratégia para o combate à violência doméstica e familiar será delineada a partir do levantamento de dados que vão subsidiar a elaboração de um plano de trabalho conjunto.

No primeiro semestre, o Depen realizou visitas técnicas em 6 unidades da federação com vista a diagnosticar a monitoração eletrônica com base nos preceitos do termo de cooperação técnica de combate à violência contra as mulheres.

As visitas foram realizadas em PI, MA, SC, TO, MG e RR. Na mesma esteira, foi encaminhado aos estados um formulário para preenchimento com dados quantitativos sobre o nível de desenvolvimento da política de botão do pânico.

As visitas objetivaram também:

- ✿ acompanhar a execução dos planos estaduais de atenção às mulheres presas e egressas;
- ✿ articular a implementação do Projeto Mulheres Livres entre a defensorias públicas estaduais e a secretarias de administrações estaduais.

<sup>4</sup> Atualmente o Depen acompanha os planos estaduais de atenção às mulheres do AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES,

## População LGBTI

O Depen tem empreendido esforços para construção de um manual de procedimento que de fato atenda às necessidades dos gestores prisionais, agentes penitenciários e demais servidores, quanto as demandas, práticas e políticas voltadas a um dos grupos específicos mais vulneráveis do sistema prisional, a população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas trans e intersex). Com a elaboração do manual, está prevista a realização de cursos para capacitar esses servidores na sua aplicação.<sup>4</sup>

## Política de Educação no Sistema Prisional

O Depen é responsável, juntamente com os estados, pelo desenvolvimento das Políticas de Promoção e Acesso à Educação no âmbito do sistema prisional, tendo no ano de 2019 desenvolvido as seguintes ações:

- ➔ articulação com o Ministério da Educação (MEC) para realização do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA) com previsão de participação de 73.000 pessoas presas e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com previsão de participação de 40.000 presos;
- ➔ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Prisional) prevê a oferta de, aproximadamente, 16.000 vagas em 2019 para todo sistema prisional do país. O programa encontra-se em ajustes internos na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC;



- ➔ elaboração de processo para aquisição para doação de 260.000 obras literárias para o projeto

GO, MA, MS, MG, PB, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE e TO.



remição pela leitura beneficiando cerca de 670.000 presos;

➔ qualificação dos espaços de oferta de educação no sistema prisional com doação de mobiliário escolar em 942 unidades prisionais em todo país. Já foram distribuídos para: AC, AL, AM, BA, CE, DF, MG, MS, PFCG, MT, PE, PI, RN, PFMOS, SE e TO.

➔ Parceria com a Defensoria Pública da União – DPU para realização, ainda em 2019, do Concurso de Redação da DPU, estão incluídas as categorias para presos, estabelecimentos penais e servidores de execução penal. O Depen realizará a divulgação, além de corrigir as redações dessas categorias. A participação no concurso para presos conta com certificação de 12h para fins de remissão pena.

### Assistência Social e Religiosa

Está em elaboração a Política de Assistência Religiosa no Sistema Prisional. Em 2019 ocorreram 4 visitas técnicas, sendo duas para o estado de Goiás, e as demais no Espírito Santo e Roraima. Em 2018, ocorreram 4 viagens durante todo o exercício. Essas visitas têm objetivo de conhecer as práticas nos estados e criar parâmetros para política nacional.

### Saúde e Qualidade de Vida do Servidor Penitenciário



Está em elaboração um programa que visa o desenvolvimento de ações para a promoção de saúde e qualidade de vida dos trabalhadores penitenciários, a conscientização sobre saúde mental, prevenção de suicídio, abuso de álcool e outras drogas, além da criação de uma campanha de valorização das carreiras penitenciárias.

### Participação e Controle social

Em 2019, foi criada a Coordenação de Políticas de Participação Social e de Atenção ao Egresso com o propósito de ampliar mecanismos de participação e controle social na execução penal. Neste sentido, também estão em desenvolvimento pela Ouvidoria de Serviços Penais do Depen ações de aproximação e formação de rede entre os órgãos da execução penal e ouvidorias dos sistemas penitenciários estaduais. Essas ações conjugam três grandes projetos:

❖ tratativas com a CGU para inclusão das ouvidorias estaduais no e-OUV – Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal;

❖ aprimoramento e a padronização de instrumentos de inspeção em unidades prisionais, que são realizadas por instituições públicas e privadas, responsáveis pela fiscalização do sistema prisional;

❖ realização do Fórum Nacional de Participação e Controle Social no Sistema Prisional, que contará com segmentos diversificados da sociedade civil e integrantes do sistema de justiça criminal, prevista para o segundo semestre

### Metodologia APAC



A criação de vagas no sistema prisional a partir de investimentos do Funpen não se limitará às estruturas convencionais de estabelecimentos prisionais. A Lei complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a partir da alteração incluída pela Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017, autorizou a transferência de recursos do Funpen para organizações da sociedade civil, que administrem estabelecimento penal destinado a receber condenados a pena privativa de liberdade (art.3º-B). Portanto, os investimentos do Depen também contemplarão a construção e aparelhamento de Centros de Reintegração Social, que utilizam a Metodologia de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC – consagrada como metodologia que é reconhecida internacionalmente. O Depen e os estados em parceria com as Apacs pretendem implantar 5 Centros de Reintegração Social em 2019 que poderão gerar até 1.000 vagas, que segundo estimativas, com custo e lapso temporal, significativamente, inferiores aos verificados em empreendimentos convencionais de gestão prisional. Além disso, serão investidos recursos no aparelhamento e implantação de oficinas produtivas em Centros já em funcionamento, o que conferirá acesso ao trabalho e a renda para às pessoas que cumprem pena nesses estabelecimentos.

Foi elaborado um Estudo Preliminar sobre a metodologia e disponibilizado no site do departamento no link <http://depen.gov.br/DEPEN/acesso-a-informacao/participacao-social>. Este estudo é fruto de avaliação técnica do Depen que se iniciou em

fevereiro e por meio de pesquisas e visitas técnicas realizadas no Centro de Reintegração Social de APAC em Minas Geras, entre os dias 22 e 26 de abril de 2019. Atualmente a questão está em análise jurídica e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP.

### Parceria Público Privada

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a ampliação do sistema prisional são grande parte desenvolvidas pelos estados, mas faz-se necessário ampliar a oferta de vagas com o apoio da iniciativa privada. Nesse sentido, o Depen criou grupo de estudos com diversos outros parceiros para analisar a viabilidade de um modelo de parceria público-privada em que as construções das unidades prisionais sejam pagas por meio de empréstimos de longo prazo por meio do trabalho dos presos conforme prevê a Lei de Execução Penal (LEP) em seu art. 29. Cabe destacar que isso não incorre em privatização do serviço público penitenciário, tampouco, na atividade finalística do servidor penitenciário conforme o Art. 83-B da LEP que rege que são indelegáveis as funções de direção, chefia e coordenação no âmbito do sistema penal, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia (classificação de condenados, aplicação de sanções disciplinares, controle de rebeliões, transporte de presos, etc.).

### Justiça Presente

O programa Justiça Presente é resultado da parceria entre Depen e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o



desenvolvimento de estratégias que abordam as causas do problema de forma sistêmica, buscando resultados visíveis em curto e médio prazo com apoio técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para tanto, no final de 2018 foram celebrados entre o Depen e o CNJ três termos de execução descentralizada, que juntos somam o montante de **R\$ 90 milhões**, sendo:

**1º Identificação civil e biométrica** dos presos – com o objetivo de desenvolver de forma estratégica a promoção da cidadania, incluindo a execução do cadastramento da identificação biométrica e de

perfil genético (nos casos previstos em lei), no valor de **R\$ 35 milhões**;

**2º Políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica de pessoas** – visa desenvolver estratégias de redução da superlotação carcerária no Brasil, com repasse de **R\$20 milhões**;

**3º Projeto penas inteligentes** - contempla o aperfeiçoamento e aprimoramento da base de dados do Sistema de Informações do Depen – Sisdepen, por meio de interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), no valor de **R\$ 35 milhões**.

No primeiro semestre foram realizadas diversas reuniões com o CNJ para orientação e acompanhamento da execução dos termos:

⚖️ 06 reuniões de alinhamento do TED de Identificação Civil, Biométrica e de Perfil Genético;

⚖️ 03 reuniões de alinhamento sobre temas gerais dos TEDs;

⚖️ 02 participações em Comitê de seleção para análise de propostas de pesquisa em monitoração eletrônica;

⚖️ 01 reunião de alinhamento do TED de Identificação civil, biométrica com o Instituto Nacional de Identificação (INI);

⚖️ 01 reunião de alinhamento e um encontro sobre TED de Integração SEEU/Sisdepen;

⚖️ 01 participação no Encontro Nacional de Formação das Coordenações Estaduais do Programa Justiça Presente;

⚖️ 01 reunião técnica sobre audiência de custódia;

⚖️ 01 reunião de alinhamento de alternativas penais.

### Eventos

#### EL PACCTO

Evento realizado entre os dias 08 e 10 julho, com organização em conjunto Depen e MJSP do 2º Encontro de Coordenação Transnacional no Combate a Organizações Criminosas em Sistemas Penitenciários e Coordenação interinstitucional para o combate às organizações criminosas em sistemas penitenciários.





aconteceu em Bogotá - Colômbia, entre os dias 21 e 24 de maio. O evento contou com representantes de 17 países da América, como Brasil, Chile e Uruguai, com membros da Cruz Vermelha e da Organização dos Estados Americanos (OEA). O objetivo do encontro foi estimular o alinhamento dos procedimentos de segurança e administrativos da gestão penitenciária nos países latino americanos e seus reflexos na infraestrutura das unidades prisionais. Durante o evento foram debatidas as diversas realidades dos países participantes, possibilitando a troca de experiências e uma possível padronização mínima da infraestrutura prisional respeitando as Regras de Mandela, o normativo de cada país e as peculiaridades locais. A expectativa é aumentar os acordos entre os países vizinhos e compartilhar as boas práticas já adquiridas em eventos anteriores.

#### Depen participa de Encontro no México



O Diretor-Geral do Depen, participou do 2º Encontro Anual do Programa EL PACCTO, entre os dias 17 a 22 de junho de 2019, na cidade de Cancún no México. O evento proporcionou um espaço de diálogo aos diferentes atores do programa e intercambiar experiências e boas práticas. A abordagem discutida foi a elevada necessidade de reforçar a eficácia da luta contra o crime organizado.

#### Depen participa de visita técnica na Itália



O Diretor-Geral do Depen e o Diretor do Sistema Penitenciário Federal realizaram em 20 de maio de 2019 uma visita técnica à Roma para conhecer detalhadamente o funcionamento dos diferentes circuitos de alta segurança (*cárcere duro*) e fortalecer a cooperação entre os sistemas prisionais

européu e latino-americano. As reuniões foram promovidas pelo Programa EL PACCTO.

#### Visita técnica ao Chile

O Depen esteve presente na visita técnica realizada em instituições ligadas a segurança pública, na cidade de Santiago, Chile de 02 a 03/05/2019.



#### Depen visita sistema penitenciário de Israel



Servidores do Depen juntamente com o Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, visitaram Israel em maio deste ano para conhecerem tecnologias, equipamentos, procedimentos de segurança e a estrutura do sistema penitenciário de Israel. A comitiva conheceu 3 grupos de Operações Especiais: o MASSADA, o DROR e o NACHSHON, os quais fizeram demonstrações sobre as suas especialidades, equipamentos e técnicas utilizadas. Igualmente, ocorreram encontros com representantes de empresas locais das áreas de defesa, equipamentos táticos, inteligência e tecnologia.

#### 1º Encontro Nacional de Diretores de unidades prisionais

O Depen promoveu o evento no mês de abril de 2019 em Brasília/DF e teve a participação de 350 convidados, dentre eles, representantes do Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Civil e Federal, além de representantes das unidades prisionais de toda a federação brasileira, como: gestores, diretores e agentes operacionais. O encontro visou o intercâmbio de boas práticas acerca das Políticas Penitenciárias aplicadas nos estados, com fomento à criação ou utilização de protocolo de segurança penitenciária a ser

implementado e difundido entre as unidades da federação.

#### Escola Nacional de Serviços Penais - Espen



A Espen tem como objetivo fomentar e executar estratégias de educação permanente em serviços penais e de produção e compartilhamento de conhecimentos em políticas públicas voltadas ao sistema prisional. A escola atua articulando-se em rede interinstitucional, junto às escolas de gestão penitenciária estaduais e realizando parcerias com outros órgãos, escolas de governo e com a sociedade civil. As principais ações educacionais nos primeiros 200 dias de 2019 foram:

#### 1º Curso de Gestão de Instrumentos de Repasse

Ofertado para 46 servidores de 21 estados e DF, assim como, do Depen e membros do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. O curso ocorreu entre 20 e 24 de maio 2019 na sede do Depen.

#### 1º Curso de Formação de Diretores

Disponibilizado na modalidade Educação a Distância – EaD, o curso é direcionado aos servidores que atuam como diretores ou cargos de chefias nas unidades prisionais, pensando na ampliação de conhecimentos pessoais e profissionais de cada servidor e visando o incremento da performance na gestão das unidades.

#### 1º Curso de Formação de Servidores da Execução Penal

Disponibilizado na modalidade Educação a Distância – EaD, visa desenvolver competências esperadas dos profissionais que atuam na área de serviços penais. Ele poderá ser direcionado para complementar os cursos de formações presenciais, como também ser utilizado na qualificação continuada.

#### 1º Curso de Otimização de Políticas Públicas no sistema prisional

O curso ocorreu na sede do Depen de 10 a 14 de junho de 2019 com a participação de 12 (doze) estados. As discussões decorrentes curso tiveram como objetivo construir uma visão geral e capacitar os participantes para compreender melhor o funcionamento das políticas voltadas ao sistema

penitenciário desenvolvidas pelo Depen e suas atuações junto às políticas criminais.

#### Curso de Inteligência Penitenciária no Paraguai



Ministrado por servidores do Depen que difundiram conhecimentos doutrinários e operacionais da Atividade de Inteligência Penitenciária. O curso foi realizado em Assunção e proporcionou uma maior interatividade entre as agências do Brasil e Paraguai no combate as facções criminosas e ao crime organizado.

#### Curso de Inteligência Penitenciária para Bolívia



Ministrado por servidores do Depen que difundiram conhecimentos doutrinários e operacionais da Atividade de Inteligência Penitenciária. O curso foi realizado em La Paz e proporcionou uma maior interatividade entre as agências do Brasil e Paraguai no combate as facções criminosas e ao crime organizado.

#### Outros cursos realizados pela Espen

Curso de execução orçamentária
Curso Básico de Atendimento Pré-Hospitalar de Combate
Curso de Sobrevivência Operacional
Anteprojeto, Projeto Básico e Executivo, e Orçamento
Media Training - Como falar com a imprensa
Pesquisa de Preços

#### Projetos em andamento

##### PNESP

Desenvolvimento do Painel Nacional de Eventos do Sistema Prisional - PNESP, ferramenta que permite acompanhar em tempo real eventos que ocorram no sistema prisional brasileiro. O desenvolvimento foi iniciado em abril e a previsão de entrega aos estados é até o fim do ano de 2019.

##### Palasnet

Implantação de uma base de conhecimento única para a inteligência do sistema prisional brasileiro a qual possibilitará o intercâmbio de informações entre todo o sistema. A ferramenta está passando por uma atualização de tecnologia e será

disponibilizada até o fim de agosto de 2019 para todos os estados.

### Sisdepen Mobile

Aplicativo mobile que permite a consulta integrada aos dados do Sisdepen e Banco Nacional de Mandados de Prisão, com a possibilidade de reconhecimento facial e georreferenciamento dos endereços. Foi desenvolvido um protótipo no qual possibilitou a identificação dos requisitos e permitiu uma prova de conceito. Previsão de entrega até o fim do ano de 2019.

### Videoconferência

Em 2019 foram realizadas instalações de equipamentos adquiridos em 2018 que possibilitarão as videoconferências em audiências e visitas virtuais com custodiados do Sistema Penitenciário Federal, bem como nos estados. O sistema de comunicação foi implantado no Acre em maio deste ano com a disponibilização de 04 equipamentos.



### Revista Depen

A Portaria 144 de 22 de fevereiro de 2019 do Depen instituiu a Revista Brasileira de Execução Penal. A revista é um periódico semestral técnico-científico que publicará artigos científicos, documentos, relatos de experiência e descrição de boas práticas, que busquem relacionar a experiência profissional dos servidores do sistema penitenciário (federal ou estadual), o conhecimento produzido sobre a matéria e o cumprimento da legislação nacional.

## Desafios e oportunidades

### Principais desafios a serem superados:

- ✈ Modernização das plataformas de monitoramento eletrônico das penitenciárias federais;
- ✈ Fortalecimento da Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária;
- ✈ Abertura de vagas para os sistemas prisionais estaduais;
- ✈ Ampliação do número de assistências previstas na Lei de Execução Penal;
- ✈ Expansão das agências de inteligências penitenciárias;
- ✈ Integração das bases de dados das agências estaduais de inteligência penitenciária em repositório único, sob a coordenação da Diretoria de Inteligência Penitenciária;
- ✈ Construção da Escola Nacional de Serviços Penais e da nova sede do departamento.

### Principais oportunidades:

- 🎯 Capacidade para ampliar a segurança orgânica dos estabelecimentos prisionais;
- 🎯 Possibilidade da atuação preventiva da Força de Cooperação Penitenciária, diretamente nas unidades da federação, realizando a retomada do controle dos estabelecimentos prisionais, antes da eclosão de eventos críticos;
- 🎯 Fomento do uso de alternativas penais como meio de ampliar vagas para presos;
- 🎯 Cenário propício à integração da Inteligência Penitenciária com as demais instituições da comunidade de inteligência;
- 🎯 Realização de novo concurso para suprir cargos em vagância do órgão.

Este relatório foi elaborado pela Assessoria de Assuntos Estratégicos do Depen